



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 100/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO 019/2023
C833EFD77318BE8763B57FE6FE95FE6DA34D7A4D

1. PREÂMBULO

1.1 O Prefeito Municipal Senhor **ADMIR EDI DALLA CORT**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na **MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** para contratação da empresa **CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ 02.994.122/0001-76 com sede na Via Expressa Paul Fritz Kuehmrich, nº 867 – 2º andar Bairro Itoupava Norte no município de Blumenau - SC CEP 89.052-381, representada neste ato pela seu representante legal **LUCIO BARETA TODOROV**, brasileiro, portador do CPF nº 1*7.***.7*8-1*, regendo-se este Processo Licitatório pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.

2. OBJETO

2.1 – Trata-se da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE UM DESFIBRILADOR (DEA) E PÁS PARA SER UTILIZADO NA AMBULANCIA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**, através de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para realização dos serviços conforme solicitação da Administração e ANEXO I.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Conforme justificativa apresentada da necessidade de adquirir um desfibrilador de forma urgente, pois a ambulância do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de São Lourenço do Oeste - SC encontra-se sem este aparelho, conforme solicitado no Ofício nº 950-23-14ºBBM.

3.2 O aparelho é necessário para atender ocorrências envolvendo vítimas com parada cardiorrespiratória.

4. ENQUADRAMENTO LEGAL

4.1 O presente processo de dispensa de licitação encontra-se fundamentado no Artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, "II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; [\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)" consolidada, com documentação apensa aos autos deste processo, fatos estes então ora enumerados e justificados que caracterizam claramente a contratação.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Dotação: 17 - 33.90.30.99.00.00

Fonte: 1.500.1001.0000

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1 A mesma será contratada considerando que se averiguou que os preços praticados são condizentes com o



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

mercado. **O valor total da proposta é de R\$ 15.005,00 (quinze mil e cinco reais).** Onde a empresa apresentou o menor valor dos orçamentos.

7. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

7.1 Tendo em vista a empresa **CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA** foi escolhida, devido à mesma demonstrar interesses em fornecer o equipamento com rapidez e de qualidade, segurança e satisfatório ao município.

8. DO PREÇO

8.1 O valor total do presente CONTRATO, que representa a soma do valor da prestação de serviço é de **R\$ 15.005,00 (quinze mil e cinco reais).**

9. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

9.2 A locação deve estar em conformidade estabelecida no Edital em referencia, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

9.3 Dar plena garantia sobre a qualidade da prestação de serviço;

9.4 Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.

9.5 A nota fiscal deverá ser emitida conforme o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: **compras@galvao.sc.gov.br**

9.6 Apresentar todos os documentos para o Processo licitatório:

- a) Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- g) Falência e concordata e recuperação Judicial.
- h) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- i) CPF e ID do responsável pela assinatura do contrato.
- j) Contrato social / Ata da Posse / Estatuto / documento MEI

10. DA VIGÊNCIA

10.1 O prazo da vigencia tem seu inicio na assinatura do contrato até **31 de dezembro de 2023.**

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - Da Forma de Pagamento

11.1.1 - Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo prazo máximo 40 (quarenta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

especificações.

11.1.2 - O Município se reserva no direito de efetuar o pagamento, tão somente da quantidade de objetos efetivamente executados e atestados pela fiscalização desta Municipalidade.

11.1.3 - Nos pagamentos serão retidos os valores devidos ao Município, conforme a legislação vigente.

11.1.4 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de atualização monetária, aplicando-se o INPC.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

12.1 - A EMPRESA, por seus responsáveis e prepostos, obrigar-se-á em:

12.1.1 Garantia do desfibrilador de 12 meses a partir da entrega do item licitado; garantia dos eletrodos de 90 dias a partir da entrega do item licitado; Garantia estas conforme proposta a ser apresentada.

12.1.2 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena a aplicação das penalidades previstas no presente contrato e cancelamento do mesmo;

12.1.3 Arcar pelos danos que possam afetar o município ou terceiros em qualquer caso, durante a prestação de do serviço, bem como a recuperação ou indenização sem ônus ao Município em todas as esferas administrativas e jurídicas;

12.1.4 Cumprir com responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, e ainda todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

12.1.5 Cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

12.1.6 Fornecer nota fiscal dos serviços a ser emitida de acordo com cada pedido a qual deverá impreterivelmente apresentar o número da autorização de fornecimento que a originou e encaminhada previamente para o e-mail: compras@galvao.sc.gov.br

12.1.7 A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Contratante Sr. **João Paulo Garcia, Secretaria de Saúde** nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, por seu responsável o Sr. **João Paulo Garcia, Secretaria de Saúde**, para o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da contratada.

b) efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

14. DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE GALVÃO

previstas no artigo 80 a 99 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito de qualquer indenização.

14.2 A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 Determinada por ato unilateral da administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a administração;

14.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

14.3 A aplicação das penalidades previstas no item anterior não eximirão a concessionária da restituição aos cofres públicos dos danos causados a administração pública em face a inexecução total ou parcial do objeto.

14.4 O Município reserva o direito de rescindir o presente contrato independentemente de interpelação extrajudicial, sem que caiba a empresa o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

14.4.1 Quando a empresa falir, for dissolvido ou por superveniente incapacidade técnica;

14.4.2 Quando a empresa transferir, no todo ou em parte o contrato;

14.4.3 Quando houver paralisação das atividades comerciais da empresa pelo prazo de 30 (trinta) dias, consecutivos ou alternados, sem justificativa aceita pelo contratante.

15. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

15.1 Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, numerado em ordem crescente, respeitados os valores máximos que caracterizam a referida dispensa de licitação.

16. PENALIDADES

Se a contratada não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

16.1 Advertência;

16.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Galvão – SC;

16.3 Pagamento de multa equivalente a 20 % (vinte por cento) do valor total inicial do contrato;

16.4 Declaração de inidoneidade;

16.5 Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

16.6 As demais penalidades previstas no Art. 81 a 99 da Lei nº 8.666/93;

16.7 Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município de Galvão – SC, em favor da empresa. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

16.8 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestado a mesma, até o julgamento do pleito

17. DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

17.1 Os fatores não delineados no presente instrumento serão regidos de acordo com as normas constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2 Fica eleito o Foro da **Comarca de São Domingos - SC**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Integram este Contrato, para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, a prestação de serviço do Processo Licitatório nº 100/2023 na Dispensa de Licitação nº 019/2023, do Município de Galvão - SC.

18.2 E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Galvão, 23 de outubro de 2023.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO PAULO GARCIA
SECRETARIA DE SAÚDE / FISCAL

CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA
LUCIO BARETA TODOROV

Assessor Jurídico.

Advº **Evandro Fernandes Andre** OAB/SC 29159 _____

Testemunhas:

1. Roberval Dalla Cort. CPF 02*.***.1*9-0* _____

2. Juliane Baldissera CPF 0*3.***.5*9-4* _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GALVÃO

ANEXO I

AQUISIÇÃO DE UM DESFIBRILADOR (DEA) E PÁS PARA SER UTILIZADO NA AMBULANCIA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

- Equipamento: desfibrilador externo automatic;
- Modelo: I.ON com tela LCD, bateria recarregável, microfone e função de ECG 3V;
- Acessórios: eletrodos de desfibrilação, marca FIAB;
- Modelo: INSTRAMED adulto (cód. F7955W)